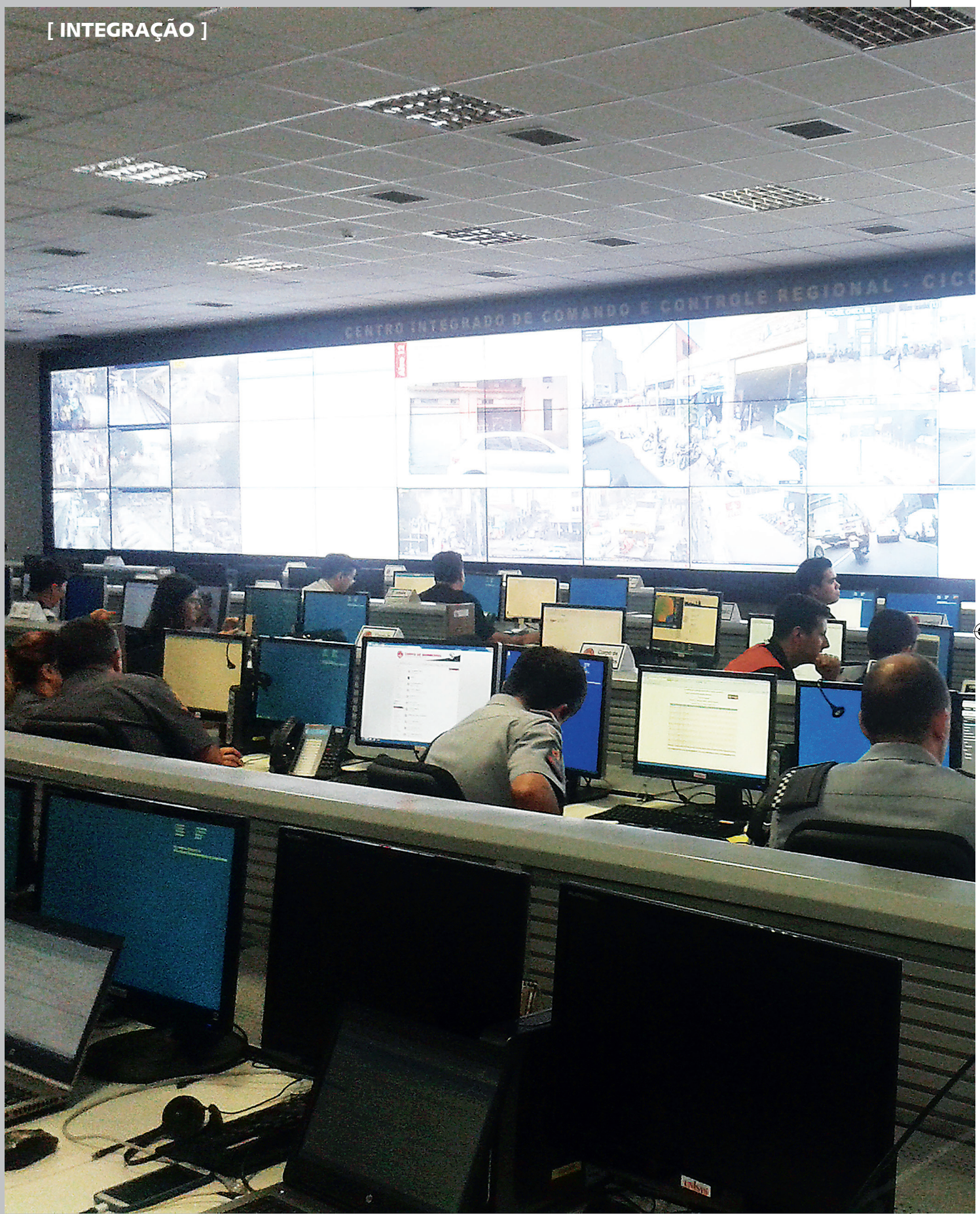
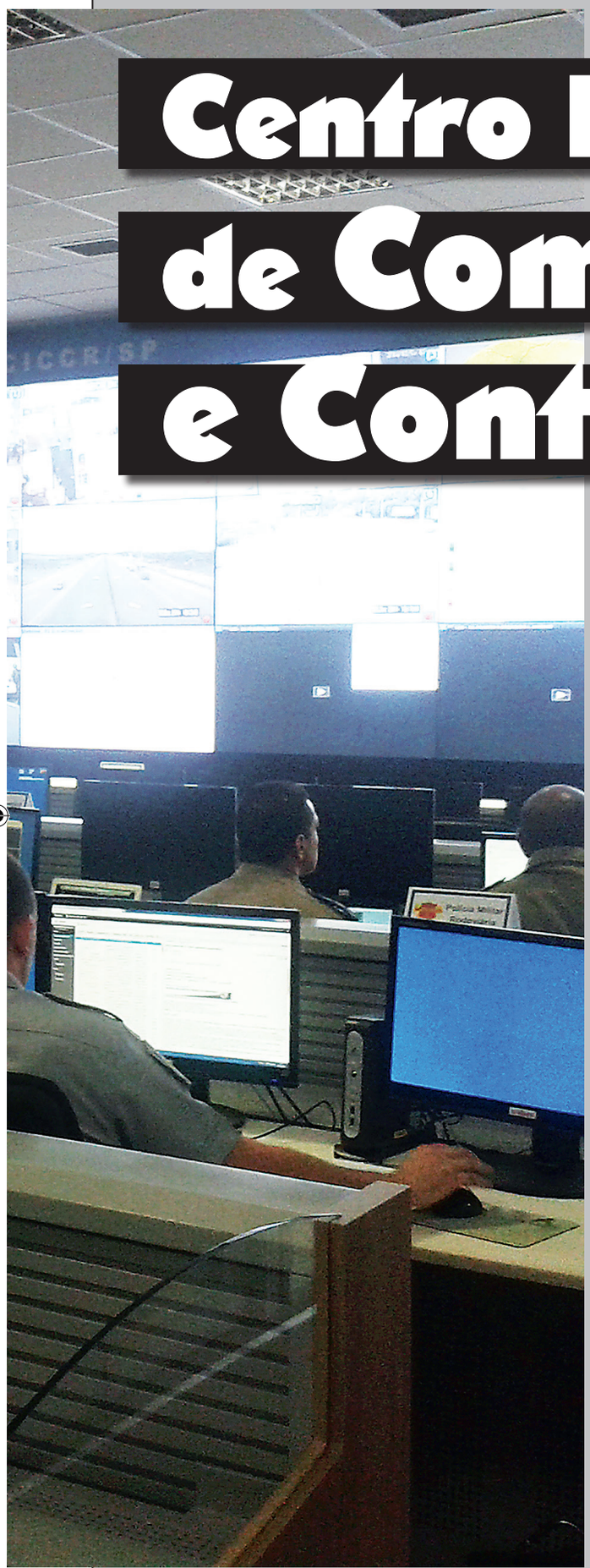


seguranca-c15.indd 12 26/03/2015 08:14:02

Fotos: Eduardo Alexandre Beni



Centro Integrado de Comando e Controle

O legado da cooperação

Eduardo Alexandre Beni
Giampaolo Donato Giaquinto

A relação entre Estado Federal solidário e a democracia é um ponto de fundamental importância para ser analisado. Na elaboração ou na implantação de políticas voltadas à segurança pública, segundo os preceitos constitucionais da cooperação e da solidariedade federativa, a participação dos Estados é fundamental para que as relações entre os entes se firmem de maneira democrática.

Nesse contexto, a solidariedade alcançou grande evidência na contemporaneidade, especialmente pelo fato de a Constituição Federal de 1988 estabelecer como fundamento da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Este federalismo requer uma forma de coordenação resultante da realização de acordos intergovernamentais, a fim de possibilitar a aplicação de programas e financiamentos conjuntos, pois as políticas tendem a serem conduzidas por meio da atuação de mais de um nível de governo, de forma interdependente e coordenada. Este mecanismo de negociação baseia-se em uma decisão voluntária de todos os entes da Federação.

Contudo, para que ocorra uma cooperação efetiva, há necessidade do fortalecimento da participação de cada um dos membros na ação governamental, de forma que todos sejam capazes de assumir responsabilidades, para desempenhar eficientemente as ações que competem a cada um.

Diante disso, apesar do princípio da autonomia dos entes federados apresentar-se como sustentáculo da organização político-administrativa do Estado brasileiro, as relações entre as esferas de governo não deveriam ocorrer de forma isolada,

seguranca-c15.indd 13 26/03/2015 08:14:03

mas sim, de maneira conjunta e de forma solidária, tanto pelas cooperações horizontais entre os entes federados, como pelas cooperações verticais estabelecias entre o poder federal e os poderes federados.

Para isso acontecer, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), com previsão de extinção em 31 de julho de /2017, foi instituída, no âmbito do Ministério da Justiça, por meio do Decreto 7.538, de 1 de agosto de 2011. A ela atribuiu-se o planejamento, definição, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das ações de segurança para os "grandes eventos" nacionais. Para fins do referido Decreto, consideram-se grandes eventos a Jornada Mundial da Juventude, de 2013; a Copa das Confederações da FIFA, de 2013; a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, de 2014; e os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos de 2016, bem como outros eventos designados pela presidente da República.

Para se tornar possível a operacionalidade das ações entre a União e os Estados federados, foi estabelecido o *Sistema Integrado de Comando e Controle* (SICC), como um conjunto de atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, avaliação e integração da operação de segurança para os grandes eventos, estruturado em *Centros de Comando e Controle* e de *Cooperação Policial Internacional.*

Dessa forma, em especial para a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, de 2014, as ações das instituições foram desenvolvidas de forma integrada e a coordenação ocorreu a partir de uma megaestrutura de integração, tendo com referência um *Centro Integrado de Comando e Controle Nacional*, doze *Centros Regionais* e um *Centro de Cooperação Policial Internacional.*

A mobilização nacional

Todo o planejamento estratégico para a segurança pública durante a Copa do Mundo teve como premissa a integração das instituições, buscando não só o respeito da autonomia das instituições, como também o uso racional recursos humanos, materiais e financeiros.

Este evento mobilizou o mundo, contando com a participação de delegações de atletas de 32 países. Chefes de Estado, jornalistas e correspondentes, cidadãos comuns – todos em solo brasileiro, desfrutando de belas paisagens e hospitalidade. A responsabilidade do anfitrião não se limitava ao desempenho nos gramados, mas também na recepção das delegações, autoridades, profissionais de diversos seguimentos, e turistas – nacionais e estrangeiros.

A imprensa, nacional e internacional, noticiou problemas de toda natureza – atraso nas obras de construção e reforma das arenas de futebol; infraestrutura hoteleira e de transporte para acomodação e deslocamento dos atletas, autoridades e turistas; manifestações populares contrárias à realização do evento e, principalmente, se as forças de segurança brasileiras estariam prontas para atendimento e trato das demandas e, ainda, se esse atendimento estaria dentro do tão falado "padrão FIFA"

Para o atendimento adequado das exigências e expectativas de um evento daquela envergadura houve importantes investimentos no campo da segurança pública, destacando-se a construção de *Centros Integrados de Comando e Controle Regionais* (CICCR) nas doze cidades sede de jogos e em Brasília (DF); aquisição de *Centros Integrados de Comando e Controle Móveis* (CICCM) e *Plataformas de Observação Elevadas* (POE) - traduzidos em caminhões com tecnologia embarcada, capazes de monitorar ambientes sensíveis e se comunicar com todas as cidades sede; delegacias móveis; imageadores aéreos instalados em helicópteros policiais, tornando-os capazes de captar e enviar imagens em alta resolução para os CICCR, e muitos outros equipamentos. Com todo esse aparato adquirido pelo Governo Federal, a implantação e a operacionalização de tudo foi um desafio para aqueles que receberam a incumbência.

Para os CICCR, o maior trabalho foi, sem dúvida, torná-los operacionais. Naquela epopeia estavam envolvidos mais de 40 órgãos da Administração Pública e muitas empresas contratadas. Esse processo teve inicio com a implantação dos *Centros* com infindáveis reuniões, inúmeros problemas e muitos imprevistos, até que estivessem prontos para o uso, muito embora nem tudo estivesse finalizado.

Surgiu, então, o próximo desafio: mobilizar todos os órgãos e alocá-los em seus lugares na Sala de Operações do CICC. Com todos os representantes presentes, iniciaram-se rápidos treinamentos sobre o funcionamento de alguns sistemas e como seriam desenvolvidas as operações, muito embora tudo estivesse escrito em grandioso planejamento elaborado pelo Governo Federal e governos estaduais. O jogo começou sem pré-temporada e o entrosamento das equipes aconteceu "com a bola rolando".

A integração e a cooperação foram ingredientes fundamentais e que facilitaram o desenvolvimento das operações. As pessoas se ajudaram nessa construção e trabalharam juntas para o sucesso daquela missão.

O modelo de integração proposto pela SESGE previa a "operação conjunta e cooperativa de diversas forças de segurança e resposta a emergências dentro de um mesmo ambiente físico, devidamente capacitado por sistemas de informações e vídeo monitoramento de última geração e meios de comunicação que permitiriam a interação em tempo real com as entidades participantes e os agentes de segurança em campo." Foram muitas reuniões, longas discussões, muito trabalho de abnegados e, ao final, tudo funcionou.

No que se refere às questões de segurança pública durante o evento, a FIFA e a imprensa internacional, conforme relatórios e notícias divulgadas, aprovaram a atuação das forças de segurança brasileiras e todos os esforços envidados - relacionados com a atuação das forças federais, estaduais e municipais, além de empresas da iniciativa privada, se revelaram positivos.

Como visto, o evento esportivo transcorreu com certa tranquilidade, e a maior catástrofe registrada foi o placar da arena de Brasília, com a vitória superlativa da seleção alemã sobre a brasileira.

Todo o planejamento, processos licitatórios, contratações, organização dos eventos e dos centros precisavam terminar e tudo, ou quase tudo, precisava funcionar. Tudo aconteceu em dois meses. No início de julho todos os órgãos, comitês, conselhos, etc, foram desmobilizados. A Copa do Mundo havia acabado, mas tudo precisava continuar funcionando.

Em 2016 acontecerão as Olimpíadas e as Paraolimpíadas. Agora, delegações de mais de 200 países, chefes de estado e autoridades de toda natureza, além de profissionais e turistas do mundo todo, estarão em solo brasileiro. O desafio da segurança pública se torna ainda mais expressivo e, nesse viés, a integração e a cooperação entre as forças federais, estaduais e municipais, continua a se mostrar como fator preponderante de sucesso, e ainda um grande desafio para o Poder Público.

Os investimentos

Os investimentos do Governo Federal para a implementação do Sistema Integrado de Comando e Controle superaram os R$ 620 milhões, e para os 12 CICCR, foram elaborados diversos contratos pela SESGE, com destaque para o firmado com o consórcio "Brasil Seguro", com o valor aproximado de R$ 244 milhões, e com a empresa ACECO TI, com o valor aproximado de R$ 130 milhões.

Ao consórcio "Brasil Seguro", formado por Agora Telecom, Comtex, Módulo e Unisys, cumpria o fornecimento de soluções de tecnologia da informação,

seguranca-c15.indd 15 26/03/2015 08:14:04

serviços e infraestrutura para os CICCR. À empresa ACECO TI cabia o fornecimento e a instalação de 13 soluções de "salas-cofre", com suas respectivas infraestruturas para operação; além do controle e monitoramento para os CICCR distribuídos nas cidades-sede de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Natal (RN), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Com o objetivo de ampliar a capacidade desses sistemas e possibilitar o acompanhamento "ao vivo" dos eventos foi adquirido à Aeromot um sistema imageador aerotransportado, instalados nas aeronaves da Aviação de Segurança Pública, investimento que superou os R$ 96 milhões.

Naquele pacote foram adquiridos 12 sensores infravermelhos e eletro-ópticos (FLIR 380HD), onde 30 aeronaves receberam instalação de partes fixas e três receberam instalação de sistema de transmissão.

Com os CICCM, POE e *Delegacias Móveis* (DM), os valores investidos ultrapassaram a soma de R$ 130 milhões. O projeto previu a aquisição de 27 CICCM, 18 POE, e 12 DM (ver box).

Além desses equipamentos e infraestruturas também acorreram investimentos em sistema de Inteligência, dispositivos embarcados/móveis, equipamentos de informática e radiocomunicação, contratação de links e sistema de Vídeo-Wall, composto de painéis instalados em diversos ambientes como sala de operação, sala de gestão de crises, sala do coordenador, etc.

CICC: o que são?

Para desenvolver o Sistema Integrado de Comando e Controle, o Governo Federal buscou inspiração em modelos aprovados em outros países. A equipe responsável pelo projeto realizou visitas técnicas à Cidade do México, Londres, Madri, New York, capitais que criaram estruturas semelhantes para o atendimento de suas demandas.

Historicamente, os Centros de Comando e Controle, ou Centros de C2, foram aperfeiçoados na Segunda Guerra Mundial, com o fim de possibilitar o comando unificado das forças terrestres, aéreas e navais dos inúmeros países envolvidos nas operações de guerra. Nos anos de 1990, grandes corporações norte-americanas os adotaram para prover o comando integrado de esforços de organizações, na gestão de respostas a incidentes críticos capazes de causar impactos.

A resolução dos problemas modernos, em especial no campo da segurança pública, proteção e defesa civil, exige que, muitas vezes, se busque a união de esforços, mas, costumeiramente esbarra em problemas de toda natureza, que impedem a ação conjunta, prejudicando o resultado final do objetivo.

Trata-se, então, de um novo conceito em matéria de gestão de situações que afligem determinada comunidade, ou a sociedade como um todo, de sorte que cada entidade tem a sua parcela de responsabilidade na solução da questão.

Na estrutura idealizada pelo Governo Federal, os Centros Integrados de Comando e Controle integram um SICC, com a função de coordenar e acompanhar as ações integradas de segurança nos grandes eventos nacionais e regionais.

O SICC brasileiro teve a seguinte estrutura de segurança integrada: um *Centro Integrado de Comando e Controle Nacional* (CICCN), em Brasília, para coordenar e acompanhar as ações integradas de segurança durante a Copa do Mundo; doze CICCR distribuídos nas cidades-sede, com a função de coordenar e acompanhar as ações locais de segurança; um *Centro Integrado de Comando e Controle Nacional Alternativo* (CICCNA), no Rio de Janeiro; um *Centro de Cooperação Policial Internacional* (CCPI), em Brasília (nas instalações da Polícia Federal), com a função de gerenciar as informações relacionadas a antecedentes criminais, e a autenticidade de documentos de estrangeiros e concentrar as informações relativas às ocorrências e os incidentes envolvendo torcedores de outras nacionalidades.

seguranca-c15.indd 16 26/03/2015 08:14:05

Meios

O CICCM é um veículo de grande porte, com tecnologia embarcada (equipamentos de informática e radiocomunicação, software e outros), capaz de realizar as atividades de comando em controle em áreas específicas de interesse operacional, bem como, de substituir o *Centro Integrado de Comando e Controle Regional* (CICCR).

A POE consiste em um veículo de grande porte para vigilância de áreas de interesse operacional. É semelhante ao CICCM, porém mais compactos em espaço físico e com menor necessidade de pessoas para operá-lo.

A DM é formada por um ônibus com tecnologia embarcada e adaptada para atendimento ao público.

Assim, na Copa das Confederações e na Copa do Mundo de Futebol da FIFA, os CICCR tiveram o objetivo de coordenar a operação de segurança em nível tático regional por meio da integração, apoio e supervisão das ações e atividades, e desenvolveram a integração em níveis regionais baseados nas orientações estratégicas de âmbito nacional advindas do CICCN.

O CICCR trabalhou em estreita colaboração com as organizações parceiras federais, estaduais/distrital e municipais, assim como com outros centros de operação locais e instituições privadas.

O modelo paulista e o legado

O Estado de São Paulo é dividido em 645 municípios e sua área territorial total é de 248.222.801 km². Limita-se com o Estado de Minas Gerais (a norte e nordeste), com o Estado do Paraná (ao sul), com o Estado do Rio de Janeiro (a leste), e com o Estado do Mato Grosso do Sul (a oeste), além do Oceano Atlântico (a sudeste). Tem mais de 44 milhões de habitantes – equivalente a cerca de 20% do total da população brasileira, e a terceira unidade política mais populosa da América do Sul. Sua capital é o principal centro financeiro, corporativo e mercantil do subcontinente, também com o maior número de habitantes do País e do Hemisfério Sul, sendo a cidade brasileira mais influente no panorama mundial, considerada a 14ª mais globalizada do planeta.

Toda essa grandeza não só coloca o Estado de São Paulo em destaque nos cenários nacional e internacional, mas também obriga o Poder Público a pensar em soluções adequadas e de pronta resposta para os atendimentos de urgências e emergências nas áreas de segurança pública, proteção de pessoas, e defesa civil.

Para a implantação do CICC de São Paulo foi instituído, em abril de 2013, através de uma resolução conjunta, um "Comitê de Implantação". O fundamento de sua criação aconteceu com base nos eventos relativos à Copa do Mundo de Futebol da FIFA e a necessidade de medidas e projetos indispensáveis à sua realização.

Com a atribuição de efetuar a integração de informações, alinhamento de cronogramas, missões e facilitar o fluxo de comunicações, foram realizadas inúmeras reuniões, acompanhamentos diuturnos das obras e da implantação dos sistemas e, ao final, o CICC de São Paulo estava pronto para iniciar seus trabalhos operacionais.

Encerrada a participação do Estado naquele evento esportivo internacional, houve a criação do *Centro Integrado de Comando e Controle,* pertencente à estrutura da Secretaria da Segurança Pública, através do Decreto nº 60.640, de 11 de julho de 2014, alterado pelo Decreto nº 60.811, de 29 de setembro de 2014. Ato contínuo, através da Resolução SSP-85, de 15 de julho de 2014, foram designados para a Coordenação do CICC, o Tenente-Coronel PM Eduardo Alexandre Beni - como Coordenador e o Delegado de Polícia Luiz Antonio Pinheiro - como Coordenador-Adjunto.

Assim, nasce na administração do Estado, um órgão sob a coordenação de um oficial da Polícia Militar e de um delegado da Polícia Civil.

Trata-se de um "órgão de gestão integrada de operações, de prevenção e resposta a incidentes de segurança pública, dotado de equipes de alto desempenho, modelo lógico, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos de última geração

seguranca-c15.indd 17 26/03/2015 08:14:05

capazes de prover uma imagem fiel e em tempo real do panorama global, eventos associados e recursos envolvidos".

Não é errado pensar que, assim como o SICC, na esfera federal, coordena as operações num nível estratégico-operacional, o CICC exerce igual papel, no âmbito do Estado de São Paulo.

O modelo instituído pelo Estado de São Paulo englobou em suas instalações cinco atividades, o *Centro Integrado de Operações Coordenadas* (CIOC), a *Agência de Atuação Integrada Contra o Crime Organizado,* o *Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública,* o *Disque-Denúncia* e o *Gabinete de Gestão de Crise.*

O Centro paulista é composto por representantes de nove secretarias, podendo ter a participação de órgãos federais, municipais e instituições privadas. A coordenação do CICC é feita por representantes da Secretaria da Segurança Pública, através da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Superintendência da Polícia Técnico-Cientifica; e participam dele a Secretaria da Administração Penitenciária; a Secretaria da Saúde; a Secretaria de Logística e Transportes; a Secretaria de Energia; a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos; a Secretaria do Meio Ambiente; a Secretaria dos Transportes Metropolitanos; e a Casa Militar, do Gabinete do Governador.

O CICC de São Paulo tem como função principal atuar como ferramenta de integração para ações policiais, de proteção e de defesa civil.

É um órgão que tem a capacidade de articular a elaboração dos protocolos de atuação integrada, bem como promover o relacionamento e a interlocução dos participantes. Possui uma estrutura formada por duas gerências, uma de planejamento e operações e outra, administrativo-financeira, ambas formadas por policiais militares, peritos criminais, policiais civis e bombeiros, todos atuando conjuntamente.

Uma ferramenta importante nessa estrutura é o *Gabinete de Gestão de Crise,* cujo objetivo é dar respostas a crises, notadamente nos casos de grave perturbação da ordem, desastres ou qualquer outra da mesma natureza. Outra capacidade dada ao CICC foi a criação de uma unidade de despesa própria, facilitando a gestão dos recursos financeiros e orçamentários, possibilitando investimentos no fomento à integração.

Hoje, o CICC de São Paulo une instituições com culturas, capacidades e procedimentos diferentes, mas com objetivos comuns, que se juntam para otimizar o trabalho que realizam. Essas organizações estabeleceram entre si, acordos operacionais e protocolos para garantir a fluidez de atuação de suas frações ao atendimento das ocorrências. Assim, o CICC recebe todo o tipo de informação sobre o que está ocorrendo e todos os representantes das instituições envolvidas podem orientar suas forças em conjunto, muitas vezes utilizando-se de meios das outras.

Esse modelo de integração foi utilizado, por iniciativa da SESGE, além da Copa do Mundo, no acompanhamento das eleições e do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), e na organização e coordenação da Operação Brasil Integrado, todos acontecimentos de 2014.

Da mesma forma, por iniciativa do Estado, em abril daquele ano, o CICC passou a coordenar as Operações Desmanche, voltadas às fiscalizações dos estabelecimentos que comercializam, de forma ilegal e clandestina, peças automotivas, em desacordo com a Lei nº 15.276, de 02 de janeiro de 2014. Policiais civis e militares, peritos criminais, agentes de fiscalização do Departamento Estadual de Trânsito, técnicos da Secretária da Fazenda, e funcionários da Prefeitura do Município de São Paulo, passaram a atuar conjuntamente em prol da redução dos crimes de furto e roubo de veículos automotores, o que aconteceu.

O CICC também faz o acompanhamento da situação das chuvas de verão, reunindo num único ambiente, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil (estadual e municipal), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Metrô, Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), e a encarregada da distribuição de energia elétrica (AES Eletropaulo), monitorando as estações meteorológicas, verificando os desdobramentos e transtornos impostos às cidades – em especial à capital - decorrentes das intensas precipitações.

Nesse sentido, a Secretaria da Segurança Pública, através do CICC, passou a fomentar o exercício da integração e da cooperação nas atividades policiais, de proteção e de defesa civil, inclusive realizando reuniões semanais no CICC do Conselho Integrado de Planejamento e Gestão Estratégica (CIPGE), ligado diretamente ao gabinete da SSP, com o objetivo de aprimorar o trabalho dos policiais e aproximar as corporações.

seguranca-c15.indd 18 26/03/2015 08:14:06

Os problemas na integração

O trabalho de integração não foi e ainda não é uma tarefa fácil. Instituições com diferentes pensamentos e atividades se vêem atuando num mesmo ambiente e compartilhando informações e recursos para a solução das necessidades da população.

Há uma real necessidade de mudança de comportamento, quebra de antigos paradigmas e, por vezes, esquecimento de ressentimentos pessoais e profissionais, existentes em qualquer organização, ou mesmo entre instituições. Vaidades pessoais e disputas por espaço ou prestígio são interferências nocivas ao bom convívio e ao desenvolvimento de um trabalho integrado, contribuindo diretamente para o insucesso e fracasso da integração nos Centros Integrados.

O CICC não deve ser visto como um concorrente de outros gabinetes anteriormente construídos. Os recursos de tecnologia existentes no CICC paulista, por exemplo, são suficientes ao atendimento das demandas do Estado, enquanto que, via de regra, os demais gabinetes só têm capacidade de atendimento de demandas locais. Há, inclusive, municípios que sequer possuem estrutura mínima para atendimento de eventualidades.

Importante dizer que a maioria dos órgãos possuem seus próprios centros de operações e, assim, o CICC deve ser visto como um catalisador de ações, fomentando soluções eficientes para o bem estar social. A própria resolução que regulamenta o CICC diz: "A estrutura organizacional do CICC não se sobrepõe ou substitui os centros de comando táticos e operacionais já existentes nas polícias estaduais", assim o Centro é uma ferramenta convergente e não concorrente. O atendimento isolado de cada instituição nem sempre soluciona o problema por completo. De forma comum, a integração entre as instituições ocorre por meio de telefonemas entre seus representantes distintos, narrando o problema e as providências até então adotadas. Esses contatos podem ser prejudicados por ruídos de comunicação, por deficiência tecnológica, ou ainda por questões de vaidades pessoais, ou mesmo em razão de divergências institucionais.

Questões hierárquicas e culturais que envolvem profissionais de Instituições com cultura e atividades distintas, são fatores que dificultam a coordenação dos trabalhos dentro de um centro de C2. De igual sorte, tem-se absoluta convicção de que não foi fácil a coordenação do planejamento e da execução da maior operação militar da nossa história – o Dia D.

Vimos que atividades como a defesa civil, ações de bombeiros e a Aviação de Segurança Pública, possuem há longa data esse perfil integrador e de cooperação. Por outro lado, na atividade policial, muito embora tenhamos bons exemplos de integração, como acontece no Estado do Rio de Janeiro, esse não é um modelo nacional.

Ainda há muitas resistências na integração e na atuação cooperada. Enquanto na atividade econômica e financeira busca-se uma maior e melhor concorrência, no Estado essa busca é pela eficiência, utilizando-se de forma coerente os recursos humanos, matérias e financeiros. Daí se falar em integração e cooperação.

(EAB e GDG)

O futuro a ser construído

Em São Paulo, a ação conjunta tem propiciado adequada prevenção e eficiente atendimento dos problemas relacionados com alagamentos, quedas de árvores, descargas provocadas por raios, congestionamentos de tráfego – decorrentes das chuvas de verão que sempre atrapalham a rotina do cidadão paulistano, em geral - evitando maiores riscos à vida humana, e sobreposição de recursos, assim como célere solução às questões relacionadas à desobstrução de vias urbanas e restabelecimento de energia elétrica.

Essa integração, objetivando o bem comum e o pronto-atendimento da população, acima das questões político-partidárias e eventuais divergências de pensamentos institucionais; e maior do que o investimento em tecnologia, traduziu-se no principal legado da Copa do Mundo de Futebol, no campo da segurança pública e defesa civil.

Assim, a segurança pública, além de ser um dever do Estado é também um "direito e responsabilidade de todos" e, portanto, sua prestação não se restringe aos órgãos policiais e estatais. A construção de uma segurança pública cidadã é também o resultado da participação comunitária e impor limites a isso não traz uma sociedade, justa, livre e solidária.

Diante disso, restringir toda essa mobilização nacional somente para atender o desenvolvimento dos grandes eventos que aconteceram no Brasil e que ainda acontecerão não atende plenamente os anseios da sociedade por uma segurança pública integrada e que resolva os problemas relacionados de forma mais eficiente. Não aceitar esse modelo, que já não é tão novo assim, significa não permitir uma maior eficiência do Estado e de uma melhor prestação de serviços de segurança pública.

A integração e a cooperação devem ser vistas como uma forma de ação conjunta, seja ela operacional ou administrativa, onde todos se beneficiam com as ações, cada um na sua medida, permitindo oferecer o melhor para o cidadão. Não aproveitar experiência e o modelo de integração desenvolvido para os grandes eventos e, pior, não aperfeiçoá-lo, é deixar o interesse público ao relento. T&D

N. da R.: Eduardo Alexandre Beni é tenente-coronel PM, doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública e coordenador do CICC. Giampaolo Donato Giaquinto é capitão PM, mestrando em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública e atua na gerência de operações do CICC.

seguranca-c15.indd 19 26/03/2015 08:14:06